



PROGRAMA DE CURSO

**Completo de Licitação e Contratação de Obras e
Serviços de Engenharia**



Completo de Licitação e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia

Curso atualizado visando orientar, de forma exclusiva, simples, didática e legal, os interessados que pretendam ou atuam no âmbito das licitações e contratações de obras e serviços de engenharia, abrangendo a Lei nº 14.133/21.

Regulamentação Abrangida

- Decreto nº 10.764/21 – Dispõe sobre Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (§ 1º do art. 174 da Lei 14.133).
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 67 – Dispõe sobre dispensa de licitação na forma eletrônica (da Lei 14.133).
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 72 – Estabelece regras para definição do valor estimado para contratação de obras e serviços de engenharia (§ 2º do art. 23 da Lei 14.133).
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 75 – Estabelece regras para designação dos fiscais e gestores de contratação direta (da Lei 14.133).
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 116 – Estabelece procedimentos para participação de pessoas físicas nas contratações (da Lei 14.133).
- Decreto nº 10.992/21 – Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei 14.133/21.
- Decreto nº 10.947/22 – Regulamenta o inciso VII do art. 12. da lei 14.133/21 – CPGC.

Apresentação

Sabe-se que a realização de licitação para execução de obras e serviços de engenharia é extremamente complexa, exigindo dos profissionais envolvidos conhecimento técnico e de legislação, além das orientações dos Tribunais de Contas e dos atos e regulamentos já editados. Com o intuito de dar suporte aos gestores públicos e profissionais integrantes dos serviços sociais autônomos, o presente curso conta com uma programação completa, envolvendo desde a fase de planejamento, condução e julgamento da licitação, contratação direta e execução dos contratos. Assim, o treinamento tem por objeto apresentar aos participantes os conhecimentos, informações e técnicas necessárias para o entendimento da Licitação e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia, com destaque às orientações e exigências já editadas inclusive às dos órgãos de controle. Por fim, se visa à atualização dos participantes em face das recentes alterações legislativas pertinentes ao tema, bem como jurisprudenciais (Acórdãos, Súmulas e Decisões do TCU, orientações do SINAPI e do SICRO e legislações pertinentes).

Objetivo geral

Conferir suporte técnico, jurídico e administrativo aos profissionais envolvidos direta ou indiretamente nas licitações, contratações, gestão e fiscalização de obras e serviços de engenharia. O conteúdo é bastante completo visando à correta gestão e fiscalização dos contratos administrativos, garantindo maior eficiência à Administração Pública nas contratações. A orientação foca tanto o ponto de vista do administrador público quanto o da área privada, e, especialmente, na interface entre o ambiente privado e o público, dotando os participantes das habilidades necessárias à melhoria do relacionamento e comunicação com seus interlocutores nas tratativas negociais.

Objetivo específico

Possibilitar a incorporação do conhecimento de forma prática e simples capacitando os alunos para que possam promover a aplicação do novo regime licitatório visando os processos de contratação inseridos na legislação vigente e os principais Acórdãos e Decisões do TCU, bem como, Instruções e Decretos já editados.

Vantagens do curso

- Conhecer novidades, alterações dos aspectos técnicos, jurídicos e administrativos concernentes ao novo diploma legal, para obras e serviços de engenharia;
- Procedimentos, justificativas e cautelas a serem tomadas para a aplicação das novas decisões corretas e a instrução dos processos;
- Possibilidade de troca de informações e experiências com profissionais da área;
- Debates dos temas objeto do evento com palestrante com vasta experiência na matéria;
- Compromisso científico da comissão organizadora nas necessidades específicas da Administração Pública;
- Profissionalismo, pontualidade, compromisso pedagógico e corpo docente diferenciado;
- Destaques quanto às recomendações do TCU e demais diplomas legais.

Público-Alvo

- Profissionais do sistema CONFEA/CREA e CAUBR/CAUS.
- Fiscais e gestores de contrato.
- Procurdores
- Auditores
- Assessores Jurídicos.
- Agentes públicos em geral.
- Integrantes de comissões de licitação.
- Profissionais que atuam na elaboração de editais e documentos afins.
- Servidores integrantes do gerenciamento de contratos.
- Servidores integrantes do controle interno e de Tribunais de Contas.
- Agentes envolvidos no planejamento e processamento de documentos técnicos, administrativos e jurídicos.

Conteúdo Programático

- 1. COMPREENDENDO REQUISITOS JURÍDICOS, TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS PARA CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

- Aspectos gerais
- Abrangência da nova lei de licitação e vigência (vacatio legis)
- Ordenamento jurídico
- Licitação como regra e estrutura hierárquica dos diplomas jurídicos.
- Responsabilidades
- Responsabilidade solidária e subsidiária.
- Responsabilidades: técnica e ético-profissional, civil, penal e trabalhista dos profissionais técnicos legalmente habilitados.
- Responsabilidade objetiva, subjetiva, legal, contratual e extracontratual.
- Exercício regular da profissão dos técnicos legalmente habilitados
- Diferença entre o responsável técnico e o profissional técnico habilitado.
- Atividades inerentes à pessoa física e jurídica, no exercício da profissão.
- Exercício ilegal da profissão.
- Prevenção para que os elementos técnicos tenham validade jurídica.
- Enquadramento Técnico de Obras e Serviços de Engenharia
- Objeto e a distinção entre: construção, reforma, fabricação, recuperação e ampliação e entre serviço comum e serviço de engenharia.
- Enquadramento Técnico de Bens e Serviços Técnicos e Termo de Referência.
- Normas Gerais e conceitos.
- Enquadramento de serviços de engenharia.
- Enquadramento Técnico Anteprojeto, Projeto Básico e Projeto Executivo.
- Normas Gerais e conceitos.
- Memorial descritivo, especificação técnica e caderno de encargos.
- Orçamento
- Fluxograma, análise documental, metodologia e visita técnica.
- Insumos, serviços, custo direto e indireto, leis sociais, custos e preços.
- Despesas indiretas.
- Tributos que incidem diretamente sobre o serviço.
- A questão do IRPJ e CSLL. A determinação do TCU.
- Lucro operacional, básico ou projetado e lucro líquido.
- Determinação do BDI e sua composição.
- Valor estimado e valor sigiloso
- Composição dos custos/preços unitários – por coeficiente, por produção horária e de custos/preços inexistentes.
- Planilha de orçamento sintético e cronograma físico-financeiro.
- Curva ABC.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Aplicação da Lei nº 14.133/21.
- Princípios jurídicos aplicáveis às licitações.
- Definições integrantes e a serem utilizadas.
- Matriz de Risco à exigência.
- Agentes públicos.

3. LICITAÇÃO

- **Processo licitatório.**

- Objetivos, requisitos a serem observados.
- Participação e vedação de participação.
- Consórcio:
- Participação de pessoas jurídicas;
- Participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativas.

- **Fase de licitação**

- Processo licitatório – instrução.

- **Modalidades de licitação:**

- Concorrência e pregão;
- Concurso;
- Leilão;
- Diálogo competitivo.

- **Critérios de julgamento:**

- Menor preço ou maior desconto;
- Melhor técnica ou conteúdo artístico;
- Técnica e preço;
- Maior retorno econômico.

- **Regimes:**

- Empreitada por preço unitário;
- Empreitada por preço global;
- Empreitada integral;
- Contratação por tarefa;
- Contratação integrada;
- Contratação semi-integrada;
- Fornecimento e prestação de serviço associado.

- **Divulgação do Instrumento Convocatório**
- Controle prévio de legalidade do Instrumento Convocatório.
- Publicação do Edital e anexos no PNCP.

- **Apresentação de propostas e lances.**
- Prazos mínimos para apresentação de proposta e lances.
- Modificações nos documentos licitatórios.
- Modos de disputas.
- Disputa fechado;
- Disputa aberta;
- Lances intermediários.
- Garantia de proposta.

- **Habilitação**
- Disposições e condições na fase de habilitação.
- Habilitação jurídica.
- Qualificação técnico-profissional e técnico operacional.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista.
- Habilitação econômico-financeira.

- **Julgamento**
- Desclassificação de propostas.
- Negociação de proposta mais vantajosa para a Administração.

- **Contratação Direta**
- **Quando e qual a documentação necessária para a contratação direta.**
- **Inexigibilidade de licitação.**
- **Dispensa de licitação.**

4. IV CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- **Formalização dos contratos**
- Obrigatoriedade de formalização do contrato.
- A questão do poder-dever.
- Divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

- **Garantias**
- Modalidades de garantia.

- Seguro garantia.
- **Duração dos contratos**
 - Previsão editalícia.
 - Prazos da vigência dos contratos.
- **Execução dos contratos**
 - Acompanhamento e fiscalização do contrato.
 - O caso do preposto do contratado.
 - Responsabilidades do contratado pela execução e pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
 - Subcontratação.
 - Prazo de execução do objeto.
- **Alteração dos contratos**
 - Alteração unilateral e por acordo entre as partes.
 - Limites de acréscimo ou supressões nas alterações unilaterais.
 - Alterações dos preços.
 - Hipóteses de alterações em contratações integradas ou semi-integradas.
 - Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.
- **Extinção dos contratos**
 - Motivos para a extinção do contrato.
 - Formas de extinção do contrato.
 - Extinção do contrato por ato unilateral.
- **Recebimento do objeto**
 - Provisoriamente e definitivamente.
- **Pagamento**
 - Pagamento pela ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.
 - Disposições expressas de pagamento no edital e no contrato.
 - O caso do pagamento antecipado.
- **Nulidade dos contratos**
 - Hipótese de interesse público.
- **Impugnações, pedidos de esclarecimentos e recursos**
 - Abrangência dos pedidos.

- Prazos de impugnação.
- **Controle das contratações**
 - Práticas contínuas e permanentes à gestão de riscos e controle.
 - Fiscalização de controle.
- **Disposições gerais**
 - Portal Nacional de Contratações Públicas.
- **Estudo de casos**
 - Exercícios sobre os temas da palestra

Professor

Rosane Memória Aguiar



É engenheira civil, especialista em Gestão e Tecnologia de Obras, mestre em Gestão de Projetos com financiamento internacional, consultora e palestrante em Contratação e gestão de Obras e Serviços de Engenharia, Licitações e contratos de obras, Orçamentos, perícias de Obras serviços de Engenharia e Construções sustentáveis. Atuou como Engenheira Controller de implantação de qualidade e planejamento em obras civis, no setor público ocupou vários cargos, dos quais se destacam: Coordenadora de Infraestrutura de Projetos com Financiamento estrangeiro junto ao Governo do Estado do Ceará. Atuou como Engenheira Perita e membro da equipe técnica junto à Procuradoria do Patrimônio e Meio Ambiente na Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Atualmente é Perita Criminal na área de Engenharia Civil na Perícia Forense do Estado do Ceará. Publica periodicamente vários trabalhos e artigos principalmente na seara de Projetos de Engenharia, Orçamentações, Licitações e Contratos de Obras Públicas, e nas contratações de Obras Sustentáveis.

Investimento, data, horário, carga horária, local:

Para mais informações, tirar dúvidas, fazer inscrição ou solicitar proposta com informações detalhadas da data desejada, acesse a página do curso: (<https://www.consultre.com.br/cursos/completo-de-licitacao-e-contratacao-de-obras-e-servicos-de-engenharia/>).

Dados da Consultre

***Estamos cadastrados no SICAFI.**

Certidões: <http://www.consultre.com.br/certidoes>

Razão Social: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.

CNPJ: 36.003.671/0001-53 - **Insc. Estadual:** Isento - **Insc. Municipal:** 24.687-0

Endereço: Av. Champagnat, 645, Ed. Palmares, Sl.301 - Centro - Vila Velha – ES – Cep. 29.100-011

Telefone: (27) 3340-0122 - **WhatsApp:** (27) 9 8179-1115

E-mail: consultre@consultre.com.br - **Site:** www.consultre.com.br

Dados para pagamento

O pagamento poderá ser efetuado por meio de depósito, DOC ou ordem bancária na seguinte conta:

Banco: Banco do Brasil - **Agência:** 1240-8 - **Conta Corrente:** 105.895-9

Favorecido: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

CNPJ: 36.003.671/0001-53),

Sobre a Consultre

Há mais de 30 anos no mercado, a Consultre é referência nacional em cursos para a Administração Pública. Saiba mais em <https://www.consultre.com.br/nossa-historia/>

A Consultre em números:			
+30	+5.000	+70.000	
Anos de credibilidade	Cursos realizados	Pessoas capacitadas	
Redes Sociais:			
			